

É POSSÍVEL FUGIR DOS JUROS?

Agricultores paranaenses buscam alternativas ao crédito oficial.

Roberto Nicolato

O sistema de equivalência-produto adotado pelo governo federal não conseguiu atrair mais produtores aos bancos. Os agricultores continuam fugindo dos financiamentos, com medo dos altos juros na hora de pagar as dívidas. Resultado: o volume de financiamentos liberados pelo Banco do Brasil nesta safra pode ser ainda menor que o registrado no ano

passado. De acordo com os dados divulgados pela Superintendência do Banco, no Paraná, até o final do ano deverão ser destinados aos agricultores do Estado cerca de US\$ 640 milhões contra US\$ 800 milhões em 1992.

Mais do que nunca, os agricultores estão buscando alternativas ao crédito

oficial ou utilizando recursos próprios para financiar as lavouras. Uma das opções utilizadas nesta safra foi a venda antecipada da soja para cooperativas e indústrias. O produtor chegou a comprometer até 40% da produção para poder comprar os insumos. As cooperativas também continuaram a usar o sistema de troca para o milho e o algodão, mas com menor intensidade que nos outros anos, porque devido à frustrações de safra nem todos os cooperados conseguiram saldar as dívidas.

CRIATIVIDADE

Segundo o diretor da Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá (Cocamar) Edilberto José Alves, os agricultores estão usando a criatividade para equacionar o problema do alto custo do financiamento rural. "Para esta safra, a cooperativa reduziu um pouco o volume de recursos no sistema de troca para o milho e o algodão por causa da equivalência-produto no crédito rural. Mas em compensação, a soja teve o maior volume de troca", afirma. Para 1990, a Cocamar destinou US\$ 30 milhões para financiamento de carteira;

em 1992 caiu pela metade atingindo US\$ 15 milhões e neste ano foram destinados US\$ 20 milhões.

Na Cooperativa Agropecuária Rolândia Ltda, nem 20% dos três mil associados fize-

ram financiamentos nos bancos. Segundo o presidente, Eliseu de Paula, a cooperativa está tendo boa liquidez, não há inadimplência e por isso, muitos agricultores utilizaram recursos próprios para bancar o plantio da safra. A Cooperativa também utilizou o sistema de troca e o financiamento de custeio, onde o cooperado compra os insumos e só vai pagar em 30 de abril do próximo ano quando colher a safra.

EQUIVALÊNCIA-PRODUTO

A equivalência-produto, que entrou em vigor a partir desta safra, pelo menos dá a certeza de que o governo federal vai garantir a compra do produto pelo preço mínimo se os preços de mercado não forem satisfatórios. Esta é a opinião do responsável pelo departamento de Economia da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), Nelson Costa, para quem o sistema ainda precisa ser aperfeiçoado para se tornar o verdadeiro indexador do crédito rural.

A equivalência-produto é para as cultu-

ras do algodão, arroz, feijão, mandioca, milho e trigo. Na hora de fazer o financiamento, o agricultor apresenta o recibo de depósito do produto e o banco transforma a dívida em EGF (Empréstimo do Governo Federal) com a opção de venda através do AGF (Aquisição do Governo Federal) na época da colheita.

Para Nelson Costa, nos últimos anos as cooperativas vem dando um grande suporte na hora do plantio. Mas o sistema de troca não dá segurança em casos fortuitos, como frustração de safras "e por pior que seja, com o Proagro o produtor tem como recorrer".

Outra opção para financiar o setor será o lançamento da Cédula do Produtor Rural, cujo projeto está em tramitação no Congresso Nacional. Será a institucionalização da compra antecipada dos produtos. Segundo o superintendente adjunto do Banco do Brasil no Paraná, Lindomar Becker Wigineschi, a instituição compra os produtos através da CPD e coloca o dinheiro na mão dos produtores. A CPR, inclusive, vai poder ser negociada nas Bolsas de Mercadorias do Brasil e do exterior.

A CPI do endividamento na visão do Deser

O relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do endividamento rural concluído no início do mês, em Brasília, não traz novidades. A opinião é do assessor técnico do Departamento Sindical de Estudos Rurais (Deser), Gilson Alceu Bittencourt, que acompanhou o trabalho da CPMI desde que ela foi instalada. Bittencourt afirma que "antes de mais nada seria necessário traçar um perfil da dívida para não haver equívocos".

Bittencourt diz que "não podemos dar o mesmo tratamento para todos, na medida que são contratos firmados em condições diferentes".

Ele cita o exemplo da soja que é o campeão na lista das dívidas. O valor do crédito de custeio inadimplente para esta cultura chega a 42,22% e o crédito de investimento a 49%. O arroz vem em seguida com 25,38% do valor total do custeio e 19,55% do crédito de investimento. Além disso, a dívida é basicamente dos grandes produtores. Gilson Bittencourt acha que os dados da CPMI são ricos, mas não são suficientes para encerrar o caso.

CULPADO

A recomendação do relatório da CPMI é para que todos os contratos sejam recalculados

desde 1989, ressarcindo a diferença dos Planos aos agricultores, através dos Títulos da Dívida Pública. O assessor do Deser salienta que no relatório o Banco do Brasil é o único que aparece como culpado, "mas não é o único" e acrescenta: "não é justo cobrar da sociedade o diferencial através da emissão dos Títulos da Dívida Pública, quando na verdade esta cobrança deveria ser feita aos bancos".

O relatório afirma que em três situações houve transferência de recursos do setor rural para o financeiro. A primeira delas foi durante os planos econômicos (Verão e Collor), quando as taxas de correção monetária cobradas pelos bancos foram superiores ao reajuste dos preços dos produtos agrícolas. A segunda diz respeito a exigibilidade bancária.

O banco é obrigado a aplicar na agricultura 25% dos depósitos à vista, mas vem cobrando juros entre 6 e 12,5% mais correção monetária, quando na verdade os recursos deveriam ser aplicados a custo zero. Neste caso, o repasse foi de US\$ 20 bilhões, em cinco anos, segundo o relatório. A terceira foi o fato dos bancos cobrarem taxas de juros para as renegociações superiores aos contratos de origem, aumentando excessivamente o valor residual da dívida.

"Os dados da CPMI são ricos, mas não suficientes para encerrar o caso"

Júlio César



Os agricultores estão buscando alternativas ao crédito oficial para financiar as lavouras.

"Criatividade para equacionar o alto custo do financiamento rural"

COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Com um crescimento anual de 25% na estrutura de prestação de serviço e 39,23% na rentabilidade sobre o patrimônio líquido de 1991 para 1992, as cooperativas de crédito do Paraná poderiam ser a principal fonte de financiamento para o setor agrícola, a exemplo de países europeus, como a França.

Mas, na prática, não é isto que acontece. Sem um banco próprio e dependendo do Banco do Brasil para fazer a compensação de cheque e de outros papéis, o sistema não chega a liberar nem 2% do volume de crédito para a agricultura.

No Paraná são 33 cooperativas de crédito rural, que nesta safra liberaram recursos de CR\$ 3 bilhões de cruzeiros para os agricultores. Um terço dos recursos foram repassados pelo Banco do Brasil e o restante captação do próprio sistema. Em depósitos à vista, poupança e fundo de aplicação financeira (RDC - Recibo de Depósito Cooperativa), o sistema tem hoje no Banco do Brasil cerca de US\$ 10 milhões. Além disso, consegue repassar recursos com juros médios inferiores a 3% se comparados com as demais instituições financeiras.

BANCOS

Para fortalecer o setor está sendo constituído o Sicredi- Sistema Integrado de Crédito Cooperativo, formado pela Central das Cooperativas de Crédito de cada estado. O Sicredi vai dar assessoria e fiscalizar a aplicação de recursos para os agricultores. "O fortalecimento do sistema, assim como conscientização dos cooperados, é muito importante para a criação do banco das cooperativas", afirma o presidente da Cocecrer/Pr (Cooperativa Central de Crédito Rural), Ignacio Aloisio Donel.

O projeto para criação do banco do cooperativismo foi elaborado em novembro do ano passado e as propostas já estão no Banco Central. Para Ignacio Donel, são necessárias alterações na legislação, já que "as cooperativas querem ter um banco e não ser um banco".

Ou seja, o sistema quer ter uma estrutura própria, determinar os custos e ter direito de captação e reimpréstimo, sem restrições. Mas o presidente da Cocecrer/Pr está convicto de que para se ter um banco é importante que não haja indefinições quanto ao destino da economia nacional. (RN)

Agricultores devem quase US\$ 2 bilhões

A dívida dos agricultores brasileiros para com o Banco do Brasil está avaliada em US\$ 1,8 bilhão. Isto significa 23% do total do valor que o banco tem emprestado e 11% dos contratos. É o valor mais alto da história do crédito rural e o estado campeão em inadimplência é o Rio Grande do Sul, responsável por 24,63% das dívidas.

Depois vem o estado da Bahia, com 11,10%; Mato Grosso com 10,74% e Goiás com 9,94%. O Paraná é um dos que menos deve - em torno de 5% dos valores aplicados no fi-

nanciamento da safra 92/93, segundo o superintendente adjunto do Banco no Estado, Lindomar Becker Wiginescki.

Foram vários os fatores que contribuíram para o endividamento do setor rural. Entre eles, a falta de uma política agrícola planejada e de recursos em quantidade suficiente e, na hora certa, e a importação de produtos subsidiados na origem. Para Wiginescki, muitos produtores também ficaram aguardando decisão do Supremo Tribunal Federal que acabou negando liminar contra a cobrança da TR sobre os financiamentos e

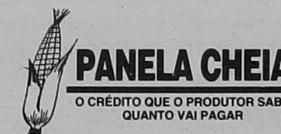
com isso a dívida só foi aumentando. "Além disso, eles esperavam que com a CPI do endividamento rural houvesse favorecimento nos pagamentos". O Banco do Brasil acabou prorrogando o prazo para negociar as dívidas, que venceu no último dia 15 de dezembro. Até o começo deste mês, mais da metade dos agricultores estava em processo de negociação, segundo o superintendente adjunto do Banco. Ele diz que a situação é difícil, mas não acredita que há produtores vendendo terras para pagar dívidas. (RN)

A MÃO DO GOVERNO NO CAMPO.



Para auxiliar o pequeno produtor rural, o Governo do Paraná, juntamente com o Banestado, criou o Programa Panela Cheia - um financiamento acessível, com juros baixos, corrigido de acordo com o preço do milho. O Programa estimulará a modernização da propriedade, o aumento da área plantada, o melhoramento dos rebanhos, a aquisição de novos equipamentos e outros incrementos.

Você, homem do campo, vá agora a uma agência Banestado e participe do Programa Cheia. É hora de investir no seu trabalho, cultivar seus sonhos e acreditar no dia de amanhã.



Húmus de Minhoca

Ministramos Cursos
Embalagens Especiais

ESTÂNCIA
DO
MORRO ALTO
PALMAS/PR

Endereço para correspondência:
Rua Pasteur, 278 apto. 92 - 9º andar
Curitiba - PR
Tel (041) 234-0449
Cep 80.250-080

Jesus é o nosso Pastor